



PC-SP

Investigador de Polícia de 3ª Classe

LÍNGUA PORTUGUESA

Leitura e interpretação de diversos tipos de textos (literários, não literários, inclusive técnico e mistos).....	1
Ortografia.....	9
Acentuação.....	10
Sinônimos e antônimos. Sentido próprio e figurado das palavras	12
Pontuação	13
Classes de palavras: substantivo, adjetivo, numeral, artigo, pronome, verbo, advérbio, preposição e conjunção e interjeição, emprego e sentido que imprimem às relações que se estabelecem	18
Emprego de tempos e modos verbais.....	29
Frases e tipos de frases. Oração: termos essenciais da oração, termos integrantes da oração, termos acessórios da oração, coordenação e subordinação	31
Concordância verbal e nominal	36
Regência verbal e nominal	38
Colocação pronominal.....	41
Semântica.....	42
Crase	42
Análise morfossintática.....	44
Vícios de linguagem	44
Questões	46
Gabarito.....	61

NOÇÕES DE DIREITO

Constituição da República Federativa do Brasil: artigos 1.º a 14, 37, 39, 41 e 144; Estado Democrático de Direito	1
Constituição do Estado de São Paulo: artigos 111, 139, 140 e 141.....	26
Direitos Humanos: conceito e evolução histórica.....	28
Direitos Humanos e Cidadania.....	29
Declaração Universal dos Direitos Humanos	32
Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos	36

SUMÁRIO



Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais	49
Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica)	56
Convenção Contra a Tortura e outros Tratamentos ou. Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes.....	74
Estatuto de Roma.....	83
Grupos vulneráveis e minorias	138
Diversidade Étnico-racial: história, preconceito, discriminação, racismo, igualdade, ações afirmativas.....	139
Código. Penal.Da aplicação da lei penal: artigos 1º a 12.....	140
Do crime: artigos 13 a 25	164
Concurso de Pessoas: artigos 29 a 31.....	181
Concurso de Crimes: artigos 69 a 71	182
Dos Crimes contra a Vida: artigos 121 a 128.; Das Lesões Corporais: artigo 129	184
Dos Crimes contra a Honra: artigos 138 a 145	191
Dos Crimes contra a Liberdade Individual: artigos 146 a 149-A	194
Dos Crimes contra a Inviolabilidade do Domicílio: artigo 150; Dos Crimes contra a Inviolabilidade de Segredos: artigos 153 a 154-B	199
Dos Crimes contra o Patrimônio: artigos 155 a 183.....	203
Dos Crimes contra a Dignidade Sexual: artigos 213 a 234-B	210
Dos Crimes contra a Paz Pública artigos 286 a 288-A.....	223
Dos Crimes contra a Fé Pública: artigos 289 a 311-A.....	228
Dos Crimes Praticados por Funcionário Público contra a Administração em Geral: artigos 312 a 327; Dos Crimes Praticados por Particular contra a Administração em Geral: artigos 328 a 334-A.....	247
Dos Crimes contra a Administração da Justiça: artigos 338 a 359	264
Código de Processo. Penal.Do Inquérito Policial: artigos 4º a 23.....	278
Da Ação. Penal: artigos 24 a 62.....	295
Da Restituição de Coisas Apreendidas: artigos 118 a 124-A.....	305
Das Provas: artigos 155 a 250	313
Da Prisão, das Medidas Cautelares e da Liberdade Provisória: artigos 282 a 350	336
Legislação Especial.Decreto-Lei nº 3.688/1941 (Lei das Contravenções. Penais).....	350
Lei nº 7.716/1989 (Crimes de Preconceito Racial).....	357
lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente): artigos 2º , 171 a 178, 225 a 244-B	359
Lei nº 8.072/1990 (Crimes Hediondos)	365
Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa).....	368
Lei nº 9.099/95, com as alterações feitas pela Lei n.º 11.313/06 (Lei dos Juizados Especiais Criminais): artigos 60 a 76, 88 a 92	395
Lei nº 9.296/1996 (Lei de Interceptação Telefônica)	397
Lei nº 9.455/1997 (Tortura).....	400

SUMÁRIO



Lei nº 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro): artigos 291 a 312-B	401
Lei nº 9.605/1998 (Lei do Meio Ambiente): artigos 32, 42 e 65.....	405
Lei nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso): artigos 93 a 109	406
Lei nº 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento): artigos 12 a 21	408
Lei nº 11.340/2006 (Lei “Maria da Penha”): artigos 1.º a 22, 24, 24-A e 41	410
Lei nº 11.343/2006 (Lei Antidrogas)	418
Lei nº 12.850/2013 (Repressão às Organizações Criminosas).....	441
Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência): artigos 88 a 91.....	450
Lei nº 13.344/2016 (Prevenção e Repressão ao Tráfico de Pessoas).....	451
Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados).....	455
Lei nº 13.869/2019 (Lei de Abuso de Autoridade)	478
Lei nº 14.155/2021 (Lei de Proteção de Dados -. Penal).....	485
Lei Orgânica da Polícia do Estado de São Paulo (Lei Complementar nº 207/1979)	486
Lei Complementar nº 922/02.....	519
Lei Complementar nº 1.151/11	527
Lei Estadual nº 10.261/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado de São Paulo).....	538
Lei 14.344/2022 (Lei Henry Borel).....	592
Lei nº 14.540/2023 (Institui o Programa de Prevenção ao Assédio Sexual e demais Crimes contra a Dignidade Sexual e à Violência Sexual no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta Federal, Estadual, Distrital e Municipal).....	602
Lei nº 14.541/2023 (Dispõe sobre a Criação e o Funcionamento Ininterrupto de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher).....	604
Direito Administrativo: Dos princípios da Administração Pública.....	605
Da Administração Pública Direta e Indireta	626
Dos poderes administrativos	633
Atos administrativos	643
Serviços Públicos: conceito, princípios e classificação	661
Responsabilidade Civil do Estado	679
Controle da Administração	686
Questões	689
Gabarito.....	703

NOÇÕES DE CRIMINOLOGIA

Conceito, método, objeto e finalidade da Criminologia	1
Criminologia do Consenso e do Conflito	12
Vitimologia, Vitimização e Vitimodogmática	14

SUMÁRIO



Criminalidade de Massa, Moderna e Organizada	20
Nova Criminologia	21
Criminologia Cultural	21
Criminologia Feminista; Criminologia Queer	25
Criminologia Ambiental	33
Criminologia Racial	34
Criminologia Clínica	34
Modelos de Prevenção e Reação ao Fenômeno Criminal	35
Questões	36
Gabarito	43

NOÇÕES DE LÓGICA

Estrutura lógica das relações arbitrárias entre pessoas, lugares, coisas, eventos fictícios;.Estruturas lógicas.....	1
Dedução de novas informações das relações fornecidas e avaliação das condições usadas para estabelecer a estrutura dessas relações. lógica de argumentação	7
Identificação das regularidades de uma sequência, numérica ou figural, de modo a indicar qual é o elemento de uma dada posição.....	17
Questões	21
Gabarito.....	28

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Sistema operacional: conceito de pastas, diretórios, arquivos e atalhos, área de trabalho, área de transferência, manipulação de arquivos e pastas, uso dos menus, programas e aplicativos, digitalização de arquivos, interação com o conjunto de aplicativos para escritório.....	1
Sistemas operacionais de dispositivos móveis ou portáteis. dispositivos móveis ou portáteis: smartphones e tablets.....	36
Hardware: Microcomputadores e periféricos: configuração básica e componentes; Impressoras: classificação e noções gerais; dispositivos de armazenamento externo: conceito, classificação e noções gerais	37
Editor de texto: estrutura básica dos documentos, edição e formatação de textos, cabeçalhos, parágrafos, fontes, colunas, marcadores simbólicos e numéricos, tabelas, impressão, controle de quebras e numeração de páginas, legendas, índices, inserção de objetos, campos predefinidos, caixas de texto.....	42

SUMÁRIO

Editor de planilha eletrônica: estrutura básica das planilhas, conceitos de células, linhas, colunas, pastas e gráficos, elaboração de tabelas e gráficos, uso de fórmulas, funções e macros, impressão, inserção de objetos, campos predefinidos, controle de quebras e numeração de páginas, obtenção de dados externos, aplicação de filtros, classificação de dados	51
Correio eletrônico, uso de correio eletrônico, preparo e envio de mensagens, criação de regras para mensagens, anexação de arquivos, aplicativos de comunicação por mensagens em dispositivos móveis ou portáteis	59
Mensageria eletrônica: conceito e utilização	62
Aplicativos de comunicação por mensagens em dispositivos móveis ou portáteis	63
Voz sobre IP (VOIP): conceito e utilização	64
Ambiente em rede: conceitos, navegadores, navegação internet e intranet, conceitos de URL, links, endereços eletrônicos (sites), busca e impressão de páginas, proteção e segurança, configurações. Redes: conceitos, navegadores para computadores e dispositivos móveis ou portáteis, conceito de internet e intranet. sítios eletrônicos (sites) ..	69
Redes sociais	84
Sistemas de busca e pesquisa	88
Armazenamento de dados na nuvem (cloud storage)	90
Crimes virtuais e cibersegurança: Deepweb e Darkweb	94
Provas digitais	96
Criptomoedas	96
Softwares e aplicativos de comunicação por voz, áudio ou vídeo (videochamadas e videoconferências)	97
Softwares maliciosos: malware, ransomware, vírus, phishing; spam; engenharia social; segurança da informação: mecanismos de segurança de redes, computadores, dispositivos móveis ou portáteis, autenticações em duas etapas, proteção de dados pessoais	113
Questões	121
Gabarito	135



Definição Geral

Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que compreendemos adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à interpretação, que nada mais é do que as conclusões específicas. Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio no texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

Compreensão de Textos

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender. Compreender um texto é apreender de forma objetiva a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor. Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

Interpretação de Textos

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



“A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas.”

A partir do fragmento acima, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) A inclusão social é garantida pela Constituição Federal de 1988.
- (B) As leis que garantem direitos podem ser mais ou menos severas.



Forma, Sistema e Fundamentos da República

– Papel dos Princípios e o Neoconstitucionalismo

Os princípios abandonam sua função meramente subsidiária na aplicação do Direito, quando serviam tão somente de meio de integração da ordem jurídica (na hipótese de eventual lacuna) e vetor interpretativo, e passam a ser dotados de elevada e reconhecida normatividade.

– Princípio Federativo

Significa que a União, os Estados-membros, o Distrito Federal e os Municípios possuem autonomia, caracteriza por um determinado grau de liberdade referente à sua organização, à sua administração, à sua normatização e ao seu Governo, porém limitada por certos princípios consagrados pela Constituição Federal.

– Princípio Republicano

É uma forma de Governo fundada na igualdade formal entre as pessoas, em que os detentores do poder político exercem o comando do Estado em caráter eletivo, representativo, temporário e com responsabilidade.

– Princípio do Estado Democrático de Direito

O Estado de Direito é aquele que se submete ao império da lei. Por sua vez, o Estado democrático caracteriza-se pelo respeito ao princípio fundamental da soberania popular, vale dizer, funda-se na noção de Governo do povo, pelo povo e para o povo.

– Princípio da Soberania Popular

O parágrafo único do Artigo 1º da Constituição Federal revela a adoção da soberania popular como princípio fundamental ao prever que “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”.

– Princípio da Separação dos Poderes

A visão moderna da separação dos Poderes não impede que cada um deles exerça atipicamente (de forma secundária), além de sua função típica (preponderante), funções atribuídas a outro Poder.

Vejamos abaixo, os dispositivos constitucionais correspondentes ao tema supracitado:

TÍTULO I

DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

- I - a soberania;
- II - a cidadania
- III - a dignidade da pessoa humana;
- IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
- V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

- I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;



Ciência do **ser** que se dedica de forma **interdisciplinar** e mediante análise das experiências humanas, de forma predominantemente **empírica**, portanto esta ciência se reporta ao **estudo do delito** como fenômeno social, dos processos de elaboração das leis, das várias formas de **delinquência** e das relações sociais do crime, passando pelas causas da criminalidade, pela posição da vítima, e percorrendo os sistemas de justiça criminal e as inúmeras formas de **controle social**. (castro, 2015)

A criminologia é uma ciência social, filiada à Sociologia, e não uma ciência social independente, desorientada. Em relação ao seu objeto — a criminalidade — a criminologia é ciência geral porque cuida dela de um modo geral. Em relação a sua posição, a Criminologia é uma ciência particular, porque, no seio da Sociologia e sob sua égide, trata, particularmente, da criminalidade.

Na concepção de Newton Fernandes e Valter Fernandes, criminologia é o “tratado do Crime”.

A interdisciplinaridade da criminologia é histórica, bastando, para demonstrar isso, dizer que seus fundadores foram um médico (Cesare Lombroso), um jurista sociólogo (Enrico Ferri) e um magistrado (Raffaele Garofalo).

Assim, além de outras, sempre continuam existindo as três correntes: a **clínica**, a **sociológica** e a **jurídica**, que, ao nosso ver, antes de buscarem soluções isoladas, devem caminhar unidas e interrelacionadas.

A **criminologia radical** busca esclarecer a relação crime/formação econômico-social, tendo como conceitos fundamentais relações de produção e as questões de poder econômico e político. Já a criminologia da reação social é definida como uma atividade intelectual que estuda os processos de criação das normas penais e das normas sociais que estão relacionados com o comportamento desviante.

O campo de interesse da **criminologia organizacional** compreende os fenômenos de formação de leis, o da infração às mesmas e os da reação às violações das leis. A **criminologia clínica** destina-se ao estudo dos casos particulares com o fim de estabelecer diagnósticos e prognósticos de tratamento, numa identificação entre a delinquência e a doença. Aliás, a própria denominação já nos dá ideia de relação médico-paciente.

A criminologia estuda:

- 1 - As causas da criminalidade e da periculosidade preparatória da criminalidade;
- 2 - As manifestações e os efeitos da criminalidade e da periculosidade preparatória da criminalidade e,
- 3 - A política a opor, assistencialmente, à etiologia da criminalidade e da periculosidade preparatória da criminalidade, suas manifestações e seus efeitos.

Conceitos criminológicos introdutórios importantes para serem guardados:

Alteridade: é a ideia de que o indivíduo depende do outro, da sociedade para a satisfação plena de suas potencialidades. A velocidade e a pressa cotidiana vêm minando a solidariedade e a alteridade, substituindo tais conceitos para uma ideia de sobrevivência e sucesso.

Socialização Primária: é a fase como momento inicial em que a criança aprende os rudimentos de linguagem, a comunicação, a moral e os limites na família. Falhas nesse primeiro processo acarretam problemas na fase subsequente de socialização secundária.

Socialização Secundária: são as lições sociais adquiridas no âmbito da escola, grupo de amigos, ambiente de trabalho, etc.

Cifra Negra¹

A expressão cifra negra (zona obscura, dark number ou chiffre noir) refere-se à porcentagem de crimes não solucionados ou punidos, à existência de um significativo número de infrações penais desconhecidas “oficialmente”

1 [Nucci, Guilherme de S. Criminologia. Grupo GEN, 2021.]



Noções de Lógica

Raciocínio lógico é o modo de pensamento que elenca hipóteses, a partir delas, é possível relacionar resultados, obter conclusões e, por fim, chegar a um resultado final.

Mas nem todo caminho é certo, sendo assim, certas estruturas foram organizadas de modo a analisar a estrutura da lógica, para poder justamente determinar um modo, para que o caminho traçado não seja o errado. Veremos que há diversas estruturas para isso, que se organizam de maneira matemática.

A estrutura mais importante são as **proposições**.

Proposição: declaração ou sentença, que pode ser verdadeira ou falsa.

Ex.: Carlos é professor.

As proposições podem assumir dois aspectos, verdadeiro ou falso. No exemplo acima, caso Carlos seja professor, a proposição é verdadeira. Se fosse ao contrário, ela seria falsa.

Importante notar que a proposição deve *afirmar* algo, acompanhado de um verbo (*é, fez, não notou* e etc). Caso a nossa frase seja “Brasil e Argentina”, nada está sendo afirmado, logo, a frase **não é uma proposição**.

Há também o caso de certas frases que *podem ser ou não* proposições, dependendo do contexto. A frase “ $N > 3$ ” só pode ser classificada como verdadeira ou falsa caso tenhamos algumas informações sobre N , caso contrário, nada pode ser afirmado. Nestes casos, chamamos estas frases de *sentenças abertas*, devido ao seu caráter imperativo.

O processo matemático em volta do raciocínio lógico nos permite deduzir diversas relações entre declarações, assim, iremos utilizar alguns símbolos e letras de forma a exprimir estes encadeamentos.

As proposições podem ser substituídas por letras minúsculas (p.ex.: a, b, p, q, \dots)

Seja a proposição p : Carlos é professor

Uma outra proposição q : A moeda do Brasil é o Real

É importante lembrar que nosso intuito aqui é ver se a proposição se classifica como verdadeira ou falsa.

Podemos obter novas proposições relacionando-as entre si. Por exemplo, podemos juntar as proposições p e q acima obtendo uma única proposição “Carlos é professor e a moeda do Brasil é o Real”.

Nos próximos exemplos, veremos como relacionar uma ou mais proposições através de conectivos.

Existem cinco conectivos fundamentais, são eles:

\wedge : e (aditivo) conjunção

Posso escrever “Carlos é professor e a moeda do Brasil é o Real”, posso escrever $p \wedge q$.

\vee : ou (um *ou* outro) ou disjunção

$p \vee q$: Carlos é professor ou a moeda do Brasil é o Real

$\dot{\vee}$: “ou” exclusivo (este ou aquele, mas não ambos) ou disjunção exclusiva (repare o ponto acima do conectivo).

$p \dot{\vee} q$: Ou Carlos é professor ou a moeda do Brasil é o Real (mas nunca ambos)

\neg ou \sim : negação

$\sim p$: Carlos não é professor

\rightarrow : implicação ou condicional (se... então...)

$p \rightarrow q$: Se Carlos é professor, então a moeda do Brasil é o Real

\Leftrightarrow : Se, e somente se (ou bi implicação) (bicondicional)

$p \Leftrightarrow q$: Carlos é professor se, e somente se, a moeda do Brasil é o Real



WINDOWS 7

O Windows 7 é um dos sistemas operacionais mais populares desenvolvido pela Microsoft¹.

Visualmente o Windows 7 é semelhante ao seu antecessor, o Windows Vista, porém a interface é muito mais rica e intuitiva.

É Sistema Operacional multitarefa e para múltiplos usuários. O novo sistema operacional da Microsoft trouxe, além dos recursos do Windows 7, muitos recursos que tornam a utilização do computador mais amigável.

Algumas características não mudam, inclusive porque os elementos que constroem a interface são os mesmos.

Edições do Windows 7

- Windows 7 Starter;
- Windows 7 Home Premium;
- Windows 7 Professional;
- Windows 7 Ultimate.

Área de Trabalho



Área de Trabalho do Windows 7.²

A Área de trabalho é composta pela maior parte de sua tela, em que ficam dispostos alguns ícones. Uma das novidades do Windows 7 é a interface mais limpa, com menos ícones e maior ênfase às imagens do plano de fundo da tela. Com isso você desfruta uma área de trabalho suave. A barra de tarefas que fica na parte inferior também sofreu mudanças significativas.

¹ <https://estudioaulas.com.br/img/ArquivosCurso/materialDemo/AulaDemo-4147.pdf>

² Fonte: <https://www.techtudo.com.br/dicas-e-tutoriais/noticia/2012/05/como-ocultar-lixeria-da-area-de-trabalho-do-windows.html>